

Paris 22.12.72
Rec. 26.12.72



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPESES DO NORTE

Nº 26 2ª SÉRIE OUTUBRO-NOVEMBRO DE 1972 PREÇO \$50

INDEMNIZAÇÕES JUSTAS E IMEDIATAS PARA AS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS!

Com este mesmo título publicou « A Terra » um manifesto logo a seguir ao grande incêndio do Vale do Vouga, no mês de Agosto, que foi largamente distribuído em toda a região e teve o mais caloroso acolhimento entre as populações. Fazendo-se eco da grande revolta popular, este documento demonstra as responsabilidades dos Serviços Florestais, da C. P. e do Governo nas enormes proporções da tragédia que vitimou as populações e causou prejuízos avallados em muitos milhares de contos, deixando na miséria centenas e centenas de camponeses. Tomando a defesa dos interesses daqueles que no fogo perderam o fruto da sua vida de trabalho e todos os seus haveres, « A Terra » exortava-os a lutarem, desde logo, por:

- Subsídios imediatos de sobrevivência!
- Rápidas indemnizações pelo justo valor dos prejuízos!
- Restituição dos baldios ao povo!

Posteriormente, devido à forte revolta e à luta que as populações travaram, o Governo foi pressionado a conceder alguns subsídios (540 contos para 58 famílias apenas), uns miseráveis subsídios que nem de longe chegam para as primeiras necessidades daqueles que tudo perderam. Nem dão mesmo para algumas famílias viverem durante um mês. O verdadeiro objectivo destes subsídios foi tapar as bocas, adormecer a combatividade das populações que reivindicam justas e imediatas indemnizações pe-

los enormes prejuízos sofridos, a perda dos seus pinhais e culturas, casas, gado, alfaias agrícolas, etc. O Governo fez constar que não cobriria qualquer destes prejuízos. Neste sentido o Presidente da Câmara de Águeda afirmou numa reunião que pessoalmente não concorda com indemnizações e (para lançar a confusão) disse não saber se era o Governo ou a C. P. que as deveriam pagar. Foi uma boa prova de que a expectativa nada resolve!

Em face disto, as vítimas do incêndio resolveram realizar uma ampla reunião em que fosse eleita uma comissão de camponeses para efectuar os contactos necessários e elaborar a lista dos prejuízos. Ao mesmo tempo a população de Valongo do Vouga organizou uma exposição, que está a ser subscrita pelas vítimas do incêndio, a solicitar ao Governo uma resposta e uma solução eficaz do problema das indemnizações. Vários camponeses recorreram já a advogados a fim de serem montados processos a reclamar indemnizações à C. P.

Populações do Vale do Vouga! Da solução deste problema depende a vossa própria sobrevivência! Não deixeis que os S. F. ou outros vos ludibriem mais uma vez, arvorando-se em avalladores dos prejuízos! São vós próprios e as comissões que vos representam podeis avaliar e exigir ao Governo e à C. P. as justas indemnizações a que tendes direito!

MOVIMENTO EM DEFESA DO VINHO AMERICANO

Têm estado a ser enviados a Marcelo Caetano abaixo-assinados da exposição (a que «A Terra» fez referência no n.º anterior) em que os pequenos produtores do chamado vinho «americano» defendem o seu direito de produzi-lo e comercializá-lo, ao mesmo tempo que protestam contra o Projecto de Decreto-Lei, já apoiado pelo parecer da Câmara Corporativa, que prevê pesadas multas aos possuidores dessas videiras, ou o seu arranque.

Até ao mês de Agosto foram enviadas mais de 1.000 assinaturas, de numerosas regiões, nomeadamente dos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela e Sever do Vouga. Também no concelho de Viana do Castelo está a circular essa mesma exposição, que tem recebido calorosa adesão dos agricultores interessados. É opinião geral que o arranque das videiras não só vem prejudicar os pequenos, beneficiando os grandes vinicultores de vinhos de casta, como não resolve o problema da qualidade dos vinhos, pois quem faz e fará sempre toda a espécie de misturas são os

comerciantes gananciosos. Além disso, por meio de análise, poder-se-á detectar a mistura.

No Préstimo a recolha de assinaturas e o envio de abaixo-assinados foi decidido numa reunião do povo da freguesia com a Junta, na qual participaram cerca de 100 camponeses. Noutras freguesias como a de Paço de Vilarigues onde a Junta não apoiou o documento, formaram-se comissões de camponeses que procederam à recolha de assinaturas. Estes são bons exemplos para os agricultores doutras regiões onde existe o mesmo problema. Alertamos todos para as manobras das autoridades locais fascistas que tentam fazer abortar este movimento, quer com ameaças, quer alegando que é falso ter a Câmara Corporativa aprovado o Projecto-Lei. É mentira deles para fazer parar a luta. Há que intensificar, em todo o lado, o movimento de protesto. E deixar bem claro que os produtores estão dispostos a resistir pela força ao arranque das videiras americanas.

A POPULAÇÃO DO VOUGA PROTESTA CONTRA A C.P.

A C.P. suprimiu o comboio da linha do Vouga, o que levantou uma viva onda de protestos em toda a área servida pela linha. As populações de Sarnada do Vouga e Jafafe já enviaram uma exposição com 1.520 assinaturas em que reclamam do Governo a restauração da linha, mas em moldes diferentes, isto é, a substituição das velhas locomotivas a vapor por modernas máquinas Diesel. A actual substituição do comboio por camionetas de passageiros não cobre a área que o comboio servia, nem resolve o problema do transporte de mercadorias, necessidade vital para uma região com tão más comunicações.

Durante longos anos a C.P. mostrou o seu desprezo pelos interesses das populações teimando em manter na linha o velho «bota-fogo» de má memória que ateou o grande incêndio de Agosto passado (e cujos prejuízos a C.P. se recusa a pagar); agora, aproveitando o Pretexto do incêndio, resolveu

suprimir pura e simplesmente os transportes ferroviários para a zona mártir, que tem sido vítima dos seus maus serviços e da sua negligência. Assim a C.P. aproveita-se duma catástrofe, em que ela própria tem graves culpas, para fugir a manter uma linha que (segundo ela) dava prejuízo e que estava na iminência de ter que remodelar sob o risco de mais cedo ou mais tarde ocorrer um grave desastre originado pelo material desactualizadíssimo e pelo mau traçado da linha, o que poria ainda mais a nu as criminosas deficiências dos seus serviços.

Como companhia monopolista que é, a C.P. tem em todo este jogo o apoio do Governo, que a controla e subvenciona. Mas como existem acordos que a obrigam a servir as necessidades do público, a C.P. e o Governo podem e devem ser obrigados, pela luta das populações da linha do Vouga, a atender as suas justas exigências.



NÚMEROS QUE FALAM DUMA POLÍTICA CRIMINOSA

VITÓRIA CONSOLIDADA DOS PRODUTORES DE LEITE

Foram recentemente publicadas pelo Governo as Contas Públicas do ano de 1971. É delas que extraímos alguns números que, mesmo sem grandes comentários, servem bem para exemplificar a criminosa política do Governo fascista, a sua política de guerras coloniais em que sacrifica a nossa juventude e queima os recursos nacionais, a sua política de exploração dos operários, pos camponeses, de todos os trabalhadores, em proveito dos interesses dos grandes capitalistas, dos monopolistas portugueses e estrangeiros.

Segundo as Contas Públicas, em 1971 as despesas militares foram de 15 milhões e 312 mil contos. Isto quer dizer que, com as criminosas guerras coloniais, gastou o Governo 45% (quase metade!) do total das receitas do Estado. De 1970 para 1971 as despesas com as guerras aumentaram 1 milhão e 595 mil contos. Entretanto, com investimentos na agricultura as despesas não chegaram a 876 mil contos. Portanto o TOTAL do que o Governo investiu na agricultura é cerca de METADE do que AUMENTARAM NUM SO ANO os gastos com as guerras!

Os pequenos e médios produtores agrícolas, sugados por todos os lados por contribuições, impostos, taxas e alcavalas que lhes levam couro e cabelo, ficarão bastante esclarecidos ao saberem que a contribuição industrial diminuiu 445 mil contos em 1971. Isto é que foi um rico presente do governo aos grandes industriais! Não precisamos de recordar aos nossos leitores que por essa mesma altura andavam os pequenos e médios vinicultores em luta contra a taxa de \$20 por litro de vinho que o Governo e a sua JNV os queriam obrigar a pagar.

Também estarão os nossos leitores interessados em conhecer alguns gastos governamentais abrangidos no III Plano de Fomento feitos no ano de 1971 (em milhares de contos):

| | |
|---------------------------|-------|
| Viação rural..... | 170 |
| Electrificação rural..... | 95,2 |
| Melhoramentos rurais..... | 26,4 |
| O que dá um total de..... | 291,6 |

Os 4.000 pequenos produtores de leite da região de Aveiro filiados na Cooperativa Agrícola Leiteira de Aveiro, Ílhavo e Vagos consolidaram a vitória obtida contra a Federação dos Grémios da Lavoura pois deixaram já, na sua totalidade, de entregar-lhe o seu leite. Entregam o leite na sua Cooperativa filiada na União das Cooperativas Leiteiras de Sever do Vouga onde este é tratado e comercializado, o que lhes permite auferir os lucros da transformação do leite que dantes iam para direitinhos aos bolsos do Martins & Rebelo.

Como «A Terra» noticiou no seu n.º 24 do mês de Maio, os produtores resistiram valentemente à GNR de Aveiro que queria obrigá-los a entregar o leite à Federação.

Na região, considera-se um recuo do Governo o facto de este ter feito sair um despacho que regulariza a entrega do leite e que pode ser interpretado como permitindo a recolha pelas Cooperativas leiteiras habilitadas para tal.

Aqui está um bom exemplo das vantagens da unidade e firmeza na luta que permitem vencer até os tubarões como o Martins & Rebelo e os organismos fascistas ao seu serviço. É ao mesmo tempo um caminho para a eliminação do papel dos Grémios e Federações, tão contrários e nefastos aos interesses dos pequenos agricultores.

Entretanto, só com a indústria hoteleira e similares foram gastos 307,2 milhares de contos, para proveito de alguns grandes capitalistas portugueses e estrangeiros que têm nas mãos a exploração do turismo. O Governo dá mais importância aos lucros destes e ao bem-estar dos turistas do que ao bem-estar daqueles que trabalham a terra e vivem nas nossas aldeias em condições do maior atraso, sem comunicações, sem luz eléctrica, sem habitações decentes.

Derrubar o governo fascista e pôr termo à sua política criminosa é a única forma de defender os interesses de todos os que trabalham, na cidade ou nos campos.

UNIDOS CONTRA OS ABUTRES DA MADEIPER

«As fábricas de celulose estão tentando beneficiar da grande calamidade que atingiu os produtores de madeira das zonas atingidas pelo incêndio»: — Esta foi a afirmação pública dum produtor de madeira na reunião de Valongo do Vouga entre a MADEIPER e representantes das empresas de celulose e alguns representantes dos produtores vítimas do incêndio.

Efectivamente, toda a acção da MADEIPER comprova esta afirmação. E não admira, dado o carácter deste monopólio criado pelos industriais de celulose para a compra, em situação de privilégio, de toda a madeira para a indústria. O facto da MADEIPER ter sido obrigada a uma contratação colectiva com representantes dos produtores foi na verdade um éxito conseguido pela unidade destes, que viram na prática as vantagens de se apresentarem unidos e serem considerados os seus interesses colectivos. Mas a MADEIPER, ao contrário do que propagava demagógicamente, tem feito tudo para aproveitar-se da situação, baixando o preço do pinheiro em cerca de 40\$00 o ester. Além disso, preparou uma negociata levando 50\$00

por ester no preço de transporte dos depósitos para a fábrica, quando é por demais evidente que nem por sombras gastará tanto dinheiro. Fala em ajuda técnica. Mas esta não vai além do fornecimento de mão-de-obra, que ainda por cima terá de ser paga pelos camponeses e ao preço que ela estipular. Na sua proposta há ainda muitos «alçapões» como é o caso de não garantir expressamente a negociação total das madeiras o que pode originar que, esgotado o prazo de entrega, pessoas com madeira cortada se vejam a braços com a sua colocação, tendo de vendê-la ao desbarato. Durante as negociações com uma comissão representante dos camponeses para analisar a sua proposta, a MADEIPER tomou conhecimento da contra-proposta destes, mas em pouco alterou as condições iniciais.

Se no entanto os camponeses se tivessem apresentado desunidos, por certo a MADEIPER ainda o teria tentado explorar muito mais como é seu processo habitual.

Foi muito positivo que os interessados na venda da madeira afectada pelo incêndio tivessem realizado várias reuniões, numa das quais, por exemplo, estiveram presentes cerca de 1.000 e que formassem uma comissão de representantes seus para as negociações.

Este grande desastre que levou todos, vivamente, a sentirem a necessidade de se unir, pode ter dado uma grande-experiência aos produtores de madeira do Vale do Vouga e outras regiões: é que só unidos poderão fazer frente eficazmente aos abutres da celulose e à MADEIPER!

A LUTA PELOS BALDIOS

Autoridades do distrito de Aveiro e da Agricultura tiveram em Julho uma reunião com representantes das Juntas de Freguesia de Talhadas e do Préstimo em que decidiram formar comissões para resolver o problema dos baldios. Os organismos oficiais têm nela o grosso da representatividade e a comissão não anda nem desanda, paralisada pelo Governo. Boatos e promessas não resolvem os problemas. O que os resolverá será a ocupação das zonas dos baldios reivindicadas pelas populações, pondo o Governo perante o facto consumado. Os recentes incêndios provaram bem a incúria criminosa dos S. F. Se os antigos baldios, tão mal cuidados pelos S. F. que os roubaram, voltarem à posse das populações, elas saberão explorá-los em proveito de todos, com mais rendimento e menos perigo de incêndios.

RADIO PORTUGAL LIVRE

Por gralha tipográfica saíram errados os comprimentos de onda da emissão da meia noite e 20 à meia noite e 50 minutos, que são de facto: 25, 26, 52 e 56 metros.

Das 8 as 8,50 transmite em 19, 20, 20,8 e 25 metros.

Das 19 às 21 horas em 19 e 25 metros.

Aos domingos transmite ainda das 13 horas às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.